



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

### **Prestar atenção ao desenvolvimento das técnicas e do regime de procriação assistida em Macau**

Em 2016, o Governo suspendeu o serviço de encaminhamento para o exterior na área da procriação assistida, portanto, os casais estéreis têm de pagar do seu bolso as elevadas despesas médicas, deslocando-se a Hong Kong ou ao exterior para os respectivos tratamentos e serviços, situação que os deixa muito preocupados e física e psicologicamente cansados.

— Surgiu recentemente uma notícia sobre o seguinte: um hospital privado vai ser autorizado a prestar serviços de procriação assistida<sup>1</sup>. Originalmente, este acto médico só podia ser praticado no hospital público, mas vai agora estender-se a uma instituição médica privada, oferecendo-se assim mais opções aos casais inférteis. No entanto, como em Macau ainda não há um diploma perfeito para regulamentar as técnicas de procriação assistida, tanto o hospital público como o privado só podem prestar serviços de procriação assistida nos termos da legislação vigente. No ano passado, as autoridades publicaram as “Instruções relativas à utilização de técnicas de procriação medicamente assistida”, as quais só regularizam os requisitos básicos exigidos às instituições que pretendem prestar serviços médicos com recurso às técnicas de procriação medicamente assistida. Tal como referem as

---

<sup>1</sup> 27 de Outubro de 2018, Jornal On Mun, página B07- O centro de procriação assistida do Hospital Kiang Wu entra em funcionamento no próximo mês.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

autoridades, atendendo aos problemas derivados do desenvolvimento contínuo das técnicas de procriação assistida, é preciso elaborar as “Técnicas de procriação medicamente assistida”, para regular, de forma razoável, as questões relacionadas com a fertilização in vitro, nomeadamente, a doação, a conservação e a implantação de embriões, com o diagnóstico genético pré-implantação, e ainda com as questões sociais e ao nível da ética e da moral<sup>2</sup>. A consulta pública sobre o referido diploma já foi concluída, mas não se sabe quando vai começar o processo legislativo, o que deixa os casais estéreis preocupados.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A consulta pública sobre as “Técnicas de procriação medicamente assistida” teve lugar em Janeiro deste ano, e o respectivo relatório final já está concluído. Então, quando é que vai ser possível entregar a proposta de lei à Assembleia Legislativa, com vista a criar fundamento jurídico para as instituições médicas públicas e privadas poderem recorrer a técnicas como a fertilização in vitro?
2. Para os casais estéreis poderem usufruir, quanto antes, de serviços de procriação assistida diversificados em Macau, as autoridades devem dar início à formação de pessoal e à aquisição dos equipamentos necessários, no sentido de se preparem para prestar esses serviços no hospital público, por exemplo a fertilização in vitro, depois da entrada em vigor da lei sobre as “Técnicas de procriação medicamente assistida” e da introdução de novas técnicas. Isto já foi feito?

---

<sup>2</sup> Documento de consulta sobre as “Técnicas de Procriação Medicamente Assistida”, [http://www.ssm.gov.mo/docs//13242//13242\\_d32c8c27109a40b2a52b8a1a8e6e1fb6\\_000.pdf](http://www.ssm.gov.mo/docs//13242//13242_d32c8c27109a40b2a52b8a1a8e6e1fb6_000.pdf)  
IE-2018-11-01-Wong Kit Cheng (P) BF-APN



(Tradução)

**澳門特別行政區立法會**  
**Região Administrativa Especial de Macau**  
**Assembleia Legislativa**

3. Na resposta a uma interpelação escrita minha, as autoridades explicam que a suspensão do serviço de encaminhamento se deve à taxa de sucesso inferior a 50%<sup>3</sup>. No entanto, tal com se refere na Lei de bases da política familiar, as “ações de aconselhamento conjugal e genético, de informação de métodos de controlo da gravidez e tratamento da infertilidade” são responsabilidades do Governo, portanto, as autoridades devem fornecer apoio financeiro aos casais estéreis para garantir o seu direito à reprodução. Vão fazê-lo?

1 de Novembro de 2018

—

**A Deputada à Assembleia Legislativa da**  
**Região Administrativa Especial de Macau,**  
**Wong Kit Cheng**

---

<sup>3</sup> Resposta dos Serviços de Saúde à interpelação escrita da Deputada Wong Kit Cheng, 6 de Julho de 2017, <http://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2017-08/96223598466fc48e71.pdf>  
IE-2018-11-01-Wong Kit Cheng (P) BF-APN